

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Requerimento n.º de 2012
(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Requer a realização de audiência pública com a Presidente da Petrobras – Sra. Maria das Graças Silva Foster, para apresentação de propostas relativas ao futuro da empresa.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a realização de audiência pública com a Presidente da Petrobras – Sra. Maria das Graças Silva Foster, para apresentação de propostas relativas ao futuro da empresa.

JUSTIFICAÇÃO

Com a descoberta de petróleo na camada pré-sal surgiu a oportunidade de ampliação e fortalecimento da competitividade da indústria de petróleo e gás no Brasil, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico local. A oportunidade mencionada já foi comparada aquela que desenvolveu uma multiplicidade de novas indústrias nos Estados Unidos durante a corrida espacial.

No que diz respeito à Petrobras, o seu papel no desenvolvimento dessa cadeia de bens e serviços está firmado no contrato de cessão onerosa de pesquisa e lavra de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo, celebrado entre a empresa e a União em setembro de 2010. O contrato de cessão foi uma forma, prevista em lei, de capitalizar a empresa frente ao desafio financeiro da exploração do pré-sal. A cláusula vigésima quarta desse contrato estabelece garantias de

condições amplas e equânimes de concorrência aos fornecedores brasileiros com as demais empresas participantes do certame licitatório.

É difícil afirmar com segurança como os acionistas não controladores e os analistas de mercado avaliaram o contrato de cessão, cuja taxa de desconto de 8,83% aa, prazo de 40 anos e não pagamento de participação especial são variáveis vantajosas para a Petrobras, mas o que se observa é uma nítida queda no valor das ações logo após a assinatura do acordo.

Soma-se a isso a percepção de que os recursos novos advindos da capitalização são menores do que os previstos, sinalizando a necessidade de uma nova capitalização. No Plano de Negócios da Petrobras, para o período 2011 a 2015 estão previstos desinvestimento e reestruturações de US\$ 13,6 bilhões.

Incide ainda sobre a Petrobras a política de preços dos combustíveis. Cálculos comparativos feitos pelo Centro Brasileiro de Infraestrutura mostram uma defasagem de 21% e 23% nos preços da gasolina e do óleo diesel respectivamente em relação aos preços praticados nos Estados Unidos. No ano de 2009, no entanto, cobrava-se da Petrobras uma diminuição do preço do combustível, coisa que acabou de fato ocorrendo. Tamanha influência se explica pelo fato de a empresa exercer, na realidade, o monopólio na infraestrutura de transporte e refino.

A própria classificação de maiores empresas petrolíferas foi alterada com base no direito de controle de reservas e não mais no volume de vendas. Nessa nova classificação modifica-se o quadro das maiores empresas, que deixam de ser a Shell, Exxon, BP e passam a ser estatais tais como a Saudi Arabian Oil Co. e National Iranian Oil Co. Segundo a revista The Economist, edição de 21 de janeiro de 2012, estudos mostram que as companhias estatais utilizam o capital de maneira menos eficiente do que as companhias privadas e o crescimento daquelas é mais lento.

Cabe ainda destacar que a Petrobras é mais que uma indústria petroleira, é uma empresa de energia. Assim é importante ouvir a Presidente recém eleita a respeito do mercado de gás natural e acerca das perspectivas para o mercado de biocombustíveis e qual a função que a Petrobras tem na inovação tecnológica, assunto de extrema relevância para o país.

Sala das Comissões, 07 de março de 2012.

Deputado Arnaldo Jardim
PPS/SP

Deputado José Otávio Germano
PP/RS